

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA: A CAPOEIRA NO INTERIOR DO PROJETO CONTRA-TURNO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO. NOTAS DE UM CASO ATÍPICO?

Cleverson São João¹
Fernando Dandoro Castilho Ferreira²
Nilo Silva Pereira Netto³

Resumo

O texto discute experiência em andamento no município de Campo Largo, onde se realiza no interior do projeto Contra-turno Escolar a Oficina de Capoeira. Compreendendo tal projeto como Política Pública em Educação, buscamos questionar a especificidade do caso enquanto um exemplo atípico, visto que sua realização parece apresentar materialmente uma contra-tendência ao Estado de orientação mínima nos gastos sociais, tais como a educação, o esporte e a cultura. Utilizamos-nos para a presente reflexão, de dados empíricos acerca do Projeto Contra-turno Escolar. De suas oficinas, debruçamo-nos especificamente sobre a de capoeira, trabalhada em consonância com a metodologia crítico-superadora em Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física, Políticas Públicas, Capoeira.

INTRODUÇÃO

Discutiremos nas linhas que seguem a experiência em andamento no município paranaense de Campo Largo, região metropolitana de Curitiba, onde se realiza no interior do projeto Contra-turno Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC)⁴, a Oficina de Capoeira. Compreendendo tal projeto como Política Pública em Educação e, portanto, enquanto “Estado em ação” (AZEVEDO, 1997, apud SANTOS, 2003, p. 55) no provimento da educação pública, buscamos analisar alguns aspectos do cumprimento dessa política segundo os princípios propostos pela Secretaria e especificamente pela Oficina de Capoeira.

Dois momentos foram fundamentais para realizar tal análise de forma crítica. Primeiramente, destacamos a contextualização histórica da capoeira, onde seu processo de emergência na contemporaneidade foi caracterizado pela esportivização de suas práticas e pelo seu conseqüente enquadramento na forma mercadoria, consonante com a teoria do valor exposta em Marx (ARAÚJO, 2008). E no segundo momento, localizamos a formatação do Estado brasileiro, inserido na perspectiva do chamado neoliberalismo, em sua paradoxal manutenção de “um Estado forte [...] em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p. 11).

Adiante, apresentamos o Projeto Contra-turno Escolar de Campo Largo, de onde a partir do referencial apresentado, questionamos a especificidade do caso enquanto um exemplo atípico, visto que sua realização parece apresentar materialmente uma contra-

¹ Licenciado em Educação Física, UNICENP.

² Acadêmico de Educação Física, UFPR.

³ Especialista em Educação Física Escolar, mestrando, UTFPR.

⁴ Secretaria Municipal responsável pelas políticas em Educação, Esporte, Cultura e Lazer.

tendência ao Estado de orientação mínima nos gastos sociais, tais como a educação, o esporte e a cultura.

Utilizamos-nos para a presente reflexão, de dados empíricos acerca do Projeto Contra-turno Escolar. De suas oficinas, debruçamo-nos especificamente sobre a de capoeira, trabalhada em consonância com a metodologia crítico-superadora da Educação Física.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CAPOEIRA

Compreender a manifestação cultural e prática corporal capoeira, inserida no contexto das Políticas Públicas requer antes de qualquer coisa, o entendimento de seu contexto histórico, bem como de suas relações com as múltiplas determinações que a compõem.

A capoeira mostra uma história bastante peculiar, que caminha passo a passo com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, transitando de uma prática criminalizada, pertencente ao universo cultural dos escravos no Brasil colonial, para posteriormente, adaptar-se às características mercantilistas vigentes na sociedade contemporânea em geral. É esse movimento que nos interessa fundamentalmente, por ter encerrado nesta manifestação, uma formatação esportiva, imprópria em relação a sua origem, mas que guarda mediações importantes com a sociedade em transformação que a impulsiona a mudar concomitantemente.

Segundo Mello (2002), a capoeira, enquanto manifestação cultural afro-brasileira⁵, criada pelos escravos como forma de luta contra a opressão, atuou como resistência nos planos físico e cultural, salvaguardando no seu campo simbólico e motor alguns elementos que a tornam característica.

Desde seus primeiros passos até os dias de hoje, a capoeira atravessou momentos diversos como, por exemplo, sua criminalização e proibição, sua posterior legalização – que veio acompanhada de uma nova roupagem, acadêmica e esportivizada, adequando-se, cooptando-se à perspectiva minimamente permissiva para a classe burguesa –, entre outras especificidades (ARAÚJO, 2008).

Para Araújo (op. cit.),

a capoeira é uma manifestação humana, e como expressão das ações do homem na era moderna, encontra-se submetida à lógica das leis sociais do modo de produção que estrutura a modernidade, o modo de produção capitalista. Daí a necessidade de considerarmos na análise a capoeira em seu processo de desenvolvimento enquanto mercadoria, objeto produzido pela ação humana, que tem por necessidade a intenção da troca (p. 88).

Na busca por analisar a transição ocorrida na capoeira, inicialmente marginalizada, e atualmente um fenômeno mundial, Araújo (op. cit.) encontra como primeira referência a seu respeito, o registro policial datado de 1789, onde relata-se a prisão de um capoeirista, ficando clara a conotação marginalizada da prática na época, que perduraria ainda por muitos anos. É a partir da década de 30 que a capoeira passa a

⁵ Vale destacar que a concepção defendida aqui, aponta para hipótese histórica da capoeira ter sido criada em solo brasileiro, por negros escravos africanos, que ao adentrar ao território, depararam-se com a anterior escravização de nativos – chamados índios – aos quais deve-se, segundo Gladson de Oliveira Silva (1993), alguns ritos, movimentos e símbolos contidos na capoeira.

ser utilizada como uma moeda de troca, quando alunos traziam ofertas aos seus mestres para receberem seus ensinamentos.

Mas, segundo o autor, o marco de sua mercantilização se dá no momento em que Mestre Bimba institui sua escola, o Centro de Cultura Física Regional de 1936, que sob forte influência do pensamento positivista e da forma taylorista de trabalho, atuou diretamente na fragmentação da capoeira, adequando nessa contextualização, sua formatação metodológica docente e de atuação social às formas vigentes das práticas corporais, militarizadas e crescentemente esportivizadas.

O decorrer dessa tendência conformou hegemonicamente a capoeira na atualidade. Segundo Araújo (op. cit.), desde os anos sessenta, essa adaptação vem se dando pela associação de capoeiristas – mestres e praticantes – na forma de grupos, com padrões e metodologias específicas.

Decorrente desse debate, uma problemática importante para nosso texto, está relacionada ao acesso a essa manifestação cultural, a partir dessa formatação, esportivizada e organizada por grupos, que acaba por possibilitar recorrentemente apenas àquelas pessoas com condições econômicas de pagar por este. Reivindica-se, assim, corroborando com Pereira Netto (2007), que a capoeira seja compreendida como manifestação da Cultura Corporal, que enquanto produto da ação humana histórica deve ser sistematicamente socializada, permitindo o acesso universalizado, no contraponto da mercadorização da capoeira, que a encaminha para reafirmação do processo histórico capitalista vigente.

Nesse contexto é que avaliamos a importância do provimento de Políticas Públicas que permitam tal acesso, cumprindo assim o papel do Estado na socialização do conhecimento às camadas populares. O Projeto Contra-turno Escolar, tal qual está organizado pela educação pública de Campo Largo, segundo nossa leitura, imediatamente busca o cumprimento dessa perspectiva.

Em tempo, “afirmamos a impossibilidade de conceber a capoeira fragmentadamente, na forma com a qual o esporte hegemônico opera” (PEREIRA NETTO, 2007, p. 2297), tanto técnica como metodologicamente. Isto posiciona o presente debate em um espaço e posicionamento crítico dentro da temática do esporte.

NEOLIBERALISMO E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Para o presente momento, tomaremos como ponto central de reflexão o agente central das Políticas Públicas, em uma palavra, o Estado. Estando este profundamente inserido nas relações sociais capitalistas, faz-se importante avaliarmos sua caracterização contemporânea, na busca pela compreensão de nosso objeto.

O capitalismo entra em uma nova fase após a II Guerra Mundial, com um grande aumento da produção e uma prosperidade que facilitou a reorganização do Estado. Em países capitalistas centrais o chamado Estado de Bem Estar Social, em acordo com as Sociais Democracias é empurrado a fornecer uma série de benefícios à classe trabalhadora, garantias no campo trabalhista e no âmbito dos serviços públicos como saúde, educação, previdência e outros (AVILA e ORTIGARA, 2007).

Contudo, segundo Nozaki (2004), tal organização é apontada segundo determinados setores da sociedade, como originária de outro fenômeno na economia mundial, a chamada crise de superprodução. Esta última, gerou como resposta, buscas abruptas pela superação da queda tendencial da taxa de lucro e nesse ínterim, o Estado

encontrou-se sem condições de manter os benefícios que concedia, entrando em uma fase de alteração das características do mundo do trabalho e remanejamento de suas próprias funções.

A esse fenômeno, nomeia-se neoliberalismo, que segundo Anderson (1995), nasce no pós-guerra, na região da Europa e América do Norte como uma “reação teórica e política veemente contra do Estado intervencionista e de bem-estar” (p. 09). Na trilha do autor, a apologia neoliberal se trata de um ataque apaixonado contra toda e qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, é a ode ao estado mínimo. Preocupavam-se estes, igualmente em enfraquecer o poder dos sindicatos de trabalhadores organizados fortemente naquele contexto. Os últimos, segundo tais apologistas, haviam corroído as bases da acumulação capitalista através de suas pressões reivindicativas sobre salários e sobre o aumento dos gastos sociais pelo Estado. Afirma então Anderson, a paradoxal manutenção neoliberal de “um Estado forte [...] em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (p. 11).

Este processo no Brasil, segundo Oliveira (1995) é inaugurado desde a ditadura militar, que inicia o processo de dilapidação do Estado, prosseguindo sem interrupções no mandato seguinte, de José Sarney. Anderson (op. cit.) inclui o Brasil neste leque desde Collor, mas com mais propriedade a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002.

Nessa leitura, Nozaki (op. cit.) nos traz a partir de ampla referência de autores e autoras do âmbito da educação, que a estrutura educacional sofre alterações no modelo de formação humana – voltada para o mundo do trabalho – de forma coordenada pelos países ligados, organica ou subordinadamente, ao capital internacional

...nos quais, para além das iniciativas de grupos empresariais na educação, existem dois agentes fundamentais, o BIRD e o FMI (Fonseca, In: Tommasi, Warde, Haddad, 1998; Soares, *ibid.*; Tommasi, *ibid.*, Leher, 1999). Tais organismos controlam e ditam regras para os chamados ajustes estruturais do Estado, os quais compreendem o âmbito político-institucional e o econômico-administrativo – desregulamentações, reformas, privatizações –, para o asseguramento da formação humana requerida pelo capital (p. 96).

Segundo o autor, no Brasil as políticas educacionais acompanharam da mesma forma o movimento das teses neoliberais, rebaixando os pagamentos do Estado à sua desobrigação em financiar uma educação de qualidade.

Gentili (1995), sobre esse mesmo contexto, ao discutir o destino da educação das maiorias, aponta que o neoliberalismo avilta a educação pública a partir de uma série de estratégias privatizadoras, através da aplicação de uma política de descentralização autoritária e ao mesmo tempo, “mediante uma política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades a possibilidade mesma de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias” (p. 244).

Neste sentido, perguntamo-nos, se um projeto que visa uma complementação ao espaço formal da educação, em seu contra-turno, oferecendo atividades de cunho cultural, artístico e esportivo no âmbito da escola pública, seria um exemplo atípico do desenvolver educacional, no interior desse quadro neoliberal?

Buscando aproximação para a resposta à questão que nos colocamos, concordamos com Liáo Júnior (2003) quando indica ser a perspectiva de uma sociedade democrática que possibilita a afirmação acadêmica das políticas públicas enquanto área de estudos. O entendimento do autor corrobora com Azevedo (1997, apud LIÁO

JÚNIOR, 2003) onde se situam as políticas públicas como aquelas que representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o Estado concretamente em ação.

Nesse ponto, faz-se importante ainda, localizar as políticas públicas educacionais no nível dos municípios segundo Santos (2003). Em acordo com a autora, a reforma da educação no Brasil com base na legislação vigente, estabeleceu como prioridade da política nacional de educação a universalização do ensino fundamental. Implantou-se a partir de então, “uma série de programas que podem ser vistos como meios de viabilizar a descentralização/municipalização”(p.56) das responsabilidades sobre este nível educacional.

Ressalta a autora, que o conceito de descentralização tem sido visto segundo dois pólos que se distanciam por ênfase na dimensão econômica ou na dimensão política. Na primeira ênfase, pode-se afirmar que quando ligado a lógica economicista o conceito vincula-se aos postulados neoliberais, transferindo as responsabilidades que seriam do poder central, para o poder local, “com vistas a reduzir o papel do Estado a suas funções mínimas, na busca da eficiência e da otimização dos gastos públicos, nos quais os investimentos nas políticas sociais não são prioritários” (AZEVEDO, 2001 apud SANTOS, 2003,p.56). A segunda ênfase, se estiver ligada a uma lógica democrático-participativa tomará por referência a criação de mecanismos que levem ao aumento do espaço público, relacionando-se ao avanço do espaço democrático, entendendo que a “democratização dos aparelhos do Estado está diretamente relacionada com a participação cidadina em nível local” (idem).

Ainda segundo Santos (op. cit.) o caso brasileiro de descentralização tem se efetivado no contexto neoliberal, atuando como estratégia de maximizar recursos escassos para garantir apenas pontualmente os direitos sociais e nesse contexto, os governos municipais, são conduzidos a assumirem novas responsabilidades diante da educação pública, sem mesmo terem condições infra-estruturais para fazê-lo. Afirma a autora, que mesmo com acentuadas dificuldades, existem movimentos de resistência ao modelo de regulação dominante, abrindo espaço para realização de experiências inovadoras, que vêm demonstrando que alguns governos locais são capazes para tentar dar conta de demandas sociais, a despeito dos obstáculos impostos, especialmente em relação às políticas voltadas à educação e Educação Física.

Talvez se encontre dentro dessa última reflexão, a forma atípica em que se desenvolvem os projetos educacionais no interior da Prefeitura de Campo Largo. Passemos então à descrição do Projeto Contra-turno Escolar e de sua Oficina de Capoeira, esta objeto mais próximo de nossa observação.

A CAPOEIRA E O PROJETO CONTRA-TURNO ESCOLAR

Campo Largo está situada na região metropolitana de Curitiba e apresenta um projeto, ainda em vigor, denominado Contra-turno Escolar. Este Projeto, iniciado em 2006, visa atender crianças da região oriundas das séries iniciais do Ensino Fundamental, mais especificamente, aquelas que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem ou que estejam em situação de risco social. Para isto, o Projeto inicialmente apresentava em sua proposta 13 oficinas, atendendo a diferentes aspectos do desenvolvimento educacional dos participantes. As 13 oficinas ofertadas seriam: Teatro, Musicalização, Violão, Culinária, Jogos e Brincadeiras, Contação de Histórias, Horticultura, Teatro de Bonecos, Educação Ambiental, Capoeira, Jogos Intelectivos,

Jogos Pré- Esportivos e Dança e Folguedos Populares⁶. Para a realização destas oficinas foi realizado processo de Licitação através de Edital próprio, onde foram selecionados docentes com específicas qualificações dentro das necessidades das próprias oficinas, considerando a relação melhor técnica e melhor preço.

As oficinas realizam-se através de um encontro semanal, com duração aproximada de 50 minutos, atendendo-se diferentes números de alunos e alunas divididos em turmas de acordo com a especificidade da oficina. No caso da Oficina de Capoeira, o objetivo e previsão de atendimento abrange cerca de 12 turmas com até 35 crianças cada uma (total de 420 alunos atendidos), com possibilidade de até quatro turmas por turno.

O Projeto corresponde à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Campo Largo, que se encarrega de reger, tanto a seleção no âmbito pedagógico da licitação bem como a realização das oficinas. Dentre os objetivos principais do Projeto, podemos citar o desenvolvimento através das atividades, buscando a aquisição de conhecimentos, habilidades, formação de atitudes e valores, o fortalecimento de vínculos familiares, de cooperação e convivência com a diversidade. Entre 2006 e 2007, aproximadamente 8 mil crianças teriam sido atendidas pelo projeto⁷.

Em relação aos objetivos, na especificidade da Oficina de Capoeira, em consonância com a metodologia crítico-superadora⁸ (COLETIVO DE AUTORES, 1992⁹), podemos citar:

- 1) Socializar aos educandos e educandas os conhecimentos ao entorno da prática corporal da Capoeira. Buscar com estes: conhecer, vivenciar, compreender suas dimensões históricas, sociais e culturais, ressignificá-la, transformá-la, praticá-la e re praticá-la dotada desses significados históricos.
- 2) Desenvolver segundo certos pressupostos, [...] a consciência crítica, promovendo o acesso às possibilidades reflexivas, contidas na vivência da pluralidade da Capoeira.
- 3) Desenvolver, segundo as necessidades expostas pela Secretaria de Educação e Cultura do Município: o ritmo e a musicalização, a coordenação motora, o equilíbrio, as valências físicas, a expressão corporal, a espontaneidade de movimentos, a canalização positiva da agressividade, o respeito mútuo, o sentimento de coletividade e o reforço da identidade cultural brasileira (PEREIRA NETTO, 2007).

A capoeira resguarda relação histórica muito preciosa com a sociedade brasileira, principalmente com as camadas menos favorecidas, como é possível verificar

⁶ As oficinas que não se efetivaram por diferentes motivos em 2007 foram: jogos pré-desportivos, educação ambiental, teatro, teatro de bonecos, horticultura, dança e folguedos. Já em 2008 a oficina de Dança e Folguedos deixou de acontecer. Nesse mesmo ano, foi aberto novo edital de licitação para a complementação do projeto a fim de realizar todas as oficinas.

⁷ Dados encontrados no site www.educacaocampolargo.pr.gov.br, visitado em 14/06/2008

⁸ Propondo forte crítica social, a Metodologia Crítico-Superadora visa a formação de sujeitos críticos, autônomos, conscientes de sua condição histórica e que se compreendam enquanto interventores na construção de sua própria realidade. Essa perspectiva da Educação Física aborda como objeto de trato da reflexão pedagógica o conhecimento de uma área denominada Cultura Corporal, configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais, como o jogo, o esporte, a ginástica, a dança e a capoeira, que constituirão seu conteúdo. A capoeira, tomada como manifestação da Cultura Corporal, relaciona-se enquanto conteúdo da Educação Física de forma orgânica nessa perspectiva. Para mais, ver artigo completo em Pereira Netto (2007).

⁹ Obra elaborada por um coletivo de autores e autoras da Educação Física que comumente tem sido citada e aludida nessa forma. Carmen Lucia Soares, Celi Nelza Zülke Taffarel, Elizabeth Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht estruturam esse coletivo. A obra é a referência mais importante para o campo da Pedagogia Crítico-Superadora em Educação Física.

na sua gênese, com os escravos e escravas, além da forma como se disseminou. Seu contexto historiográfico, como ressaltado anteriormente, pode concluir esta enquanto uma manifestação plural, na qual o lúdico e o combativo, interpenetram-se, caracterizando-a como jogo, luta e dança, no contraponto à esportivização de suas práticas. Assim, no trabalho realizado no Projeto Contra-turno, busca-se segundo esta perspectiva, trabalhar a história, a ludicidade, a reflexão acerca das relações de classe e valorização do referencial afro-brasileiro.

Nesta perspectiva, a Oficina de Capoeira, assim como o Projeto Contra-turno Escolar, mostram-se instrumentos bastante válidos para atender os objetivos esperados de uma Política Pública que atenda as demandas das classes populares no provimento da educação pública, gratuita e de qualidade, atingindo uma especificidade ainda mais incisiva, ao promover a complementação das dimensões educativas no período de contra-turno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto representa consideravelmente uma concepção acerca das Políticas Públicas, especialmente as educacionais, de esporte, arte e cultura. Suas eventuais limitações emergem por este caracterizar-se como nossa primeira aproximação da temática.

Podemos identificar a partir da discussão apresentada acima, que o caso atípico corrente no município de campo largo, oferece uma possibilidade de avanço rumo a uma educação popular de qualidade.

Indicamos ser plausível vislumbrar outros estudos, que busquem aproximar este projeto da realidade de outros espaços, onde sua experiência poderia contribuir com a realização de práticas semelhantes em outras cidades e em outros contextos.

Outra reflexão ainda possível para futuros estudos, conforme apresenta Iório e Darido (2005) se encontra na limitação da relação da capoeira com a Educação Física. Estas se apresentam, por vezes, distantes, sendo que a prática da capoeira acaba por inserir-se apenas como atividade extra-curricular, e não como parte das aulas curriculares. Estes autores apresentam algumas justificativas para este posicionamento da capoeira no cenário atual, como a discussão entre quem deveria ministrar as aulas, além da tradicional relação do professor de Educação Física que ensina somente o que pode demonstrar e fazer, entre outros aspectos cabíveis de discussão.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Benedito Carlos Libório Caíres. **A capoeira na sociedade do capital: a docência como mercadoria-chave na transformação da capoeira no século XX**. Dissertação (mestrado em educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

AVILA, Astrid Baecker e ORTIGARA, Vidalcir. Conhecimento, Sociedade e educação de professores: crítica consistente ou conservadorismo político? **Perspectiva** (Florianópolis), v. 25, p. 289-313, 2007.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo. Cortez, 1992.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

IÓRIO, Laércio Schwantes e DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física, Capoeira e Educação Física Escolar: possíveis relações. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. Ano 4, número 4, 137-142, 2005

LIÃO JUNIOR, Roberto. Políticas Públicas de Educação Física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no distrito federal, 1995-1998. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v.24 ,n.3, Campinas, 2003.

MELLO, André da Silva. A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal. VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. **Anais**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

PEREIRA NETTO, Nilo Silva. A capoeira no município de Campo Largo, estado do Paraná: uma experiência educacional a partir da abordagem crítico-superadora em Educação Física escolar. VII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). Curitiba. **Anais**, 2007.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. A Educação Física no contexto da política de educação municipal: analisando a experiência do município de Camaragibe-PE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v.24 ,n.3, Campinas, 2003.

SILVA, Gladson de Oliveira. **Capoeira: do engenho á universidade**. 3ª edição, CAPEUSP, São Paulo, SP.